

## SECRETARIADO DA CQCT

[Secretariado analisa produção de tabaco em entrevista para imprensa de região produtora](#)

## NOTÍCIAS DO BRASIL

[Sociedade médica divulga carta de Gramado contra o tabagismo](#)

## SECRETARIA-EXECUTIVA DA CONICQ

[Na COP 6, artigo de proteção da CQCT foi utilizado contra interferência da Indústria do tabaco](#)

[OMS pede medidas mais restritivas contra o tabaco](#)

**Diversificação das áreas cultivadas com tabaco**

[Incentivo para diversificação da cultura do tabaco já é realidade no Brasil](#)

**Indústria do tabaco/cadeia produtiva do tabaco**

[SindiTabaco entende como positivo resultado da COP6](#)

[Para Afubra e Câmara Setorial do Tabaco, COP 6 alimenta esperança de novos tempos](#)

## NOTÍCIAS DO MUNDO

[Portugal decide aumentar imposto dos produtos de tabaco em 2015](#)

[Londres quer banir tabaco dos parques](#)

**Cigarro eletrônico**

[Em Portugal, cigarros eletrônicos "falham" como método para deixar tabaco tradicional](#)

## COP 6 mantém Brasil na liderança da diversificação das áreas cultivadas com tabaco

A comitiva brasileira conseguiu na 6ª Conferência das Partes (COP 6), em Moscou, na Rússia, a aprovação das propostas que contemplam a agricultura familiar. Durante a plenária, os representantes brasileiros defenderam a promoção e diversificação da cultura do tabaco e a proteção do meio ambiente e da saúde dos trabalhadores. da renda", comentou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Laudemir Müller.

[\(leia mais\)](#)



## Uruguai justifica política de redução do tabagismo e é confrontado pela Philip Morris

Uma reportagem no jornal argentino El Clarín sobre o processo movido pela Philip Morris contra o Uruguai no tribunal do Banco Mundial, desde que o governo endureceu as leis para evitar a propagação do tabagismo no país, motivou a tabaqueira a esclarecer a sua posição através de um comunicado.

Na matéria, o governo do Uruguai defendeu sua política para reduzir o tabagismo. O Uruguai alegou que leis determinando maços padronizados e a colocação de advertências sanitárias provaram ser eficazes na redução do número de fumantes, como parte de uma política global de controle do tabaco que começou a desenvolver há 9 anos.

A partir de 2005, o Uruguai registrou avanços com sua ação contra a epidemia do tabaco, que continuou durante a presidência de José Mujica.

Em 2005, 32% dos jovens com idade entre 12 a 17 fumavam. Em 2011, apenas 13% dos jovens permanecem. No que diz respeito aos fumantes adultos, passou de 40% antes de 2005 para 23% em 2013. [\(leia mais\)](#)

**Informativo da Secretaria Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CONICQ)** Expediente: Alexandre Octávio, Ana Paula Teixeira, Cristina Perez, Érica Cavalcanti, Felipe Mendes, Flávia Sena, Mariana Pinho, Raquel Menezes, Rita de Cassia Martins, Rosa Vargas, Tânia Cavalcante - Secretaria Executiva da CONICQ  
**Rio de Janeiro: (05521) 3207-4502**

Acesse o [OBSERVATÓRIO DA POLÍTICA NACIONAL DE CONTROLE DO TABACO](#)

### **Secretariado analisa produção de tabaco em entrevista para imprensa de região produtora**

O correspondente do jornal Folha do Mate, um dos veículos noticiosos que apoia a fumicultura no sul do país, conseguiu uma entrevista exclusiva com a Chefe do Secretariado da CQCT, Vera Luiza da Costa e Silva.

Segundo a matéria, a Chefe de Secretariado informou que é fundamental garantir políticas públicas para o fumicultor, elo mais frágil da cadeia produtiva do tabaco. Costa e Silva declarou ainda que com a redução de consumo é necessário pensar ações que possam garantir a permanência das famílias no campo e a manutenção de renda.

Na avaliação da Chefe do Secretariado, é importante garantir ao plantador de tabaco uma atenção especial, especialmente no que se refere a saúde do trabalhador.

"Sou completamente pelo produtor, e antes de vir para este evento, estávamos desenvolvendo trabalhos para entender exatamente como funciona o setor e quais programas poderão ser promovidos com os fumicultores, com a diminuição da comercialização de fumo no mundo."

Fonte: Folha do Mate

<http://www.folhadomate.com/noticias/multimidia/chefe-de-secretariado-para-a-convencao-quadro-diz-ser-favoravel-ao-produtor>

# SECRETARIA-EXECUTIVA DA CONICQ

## **Na COP 6, artigo de proteção da CQCT foi utilizado contra interferência da Indústria do tabaco**

Durante a COP 6, em Moscou, um dos artigos de maior destaque foi o 5.3 da CQCT, que trata da proteção das políticas de saúde dos países contra a interferência da indústria do tabaco. De imediato na sessão inaugural, os países-parte utilizaram esse recurso para estabelecerem que os representantes desse segmento não participassem das reuniões.

A definição dessa posição, vinha sendo questionada em COPs anteriores, uma vez que a abordagem ostensiva de representantes da indústria do tabaco aos delegados de países-partes tornava se controverso papel da CQCT.

Na abertura, a Diretora-Geral da Organização Mundial da Saúde, Margaret Chan, usou uma metáfora para criticar uma possível interferência da indústria do tabaco durante a COP 6.

"Dar lugar para uma empresa de tabaco nas negociações é o mesmo que nomear uma comissão de raposas para cuidar das galinhas", afirmou Chan.

Yul Francisco Dorado Mazorra, diretor na América Latina da Corporate Accountability International comentou sobre a exclusão de representantes da indústria.

"A grande maioria das pessoas que estava no local destinado ao público tinha vínculo com a indústria do tabaco e seus grupos de fachada de modo que exclusão era a saída garantindo que a indústria do tabaco não influenciaria as decisões e posições de delegados dos governos".

Como contra ponto, a indústria também utilizou grupos de pressão, como a Associação Internacional de Produtores de Tabaco (ITGA) e o Centro Internacional de Imposto e Investimento (ITIC Inglês) para manter e avançar sua agenda.

Exemplo maior desta interferência foi denunciado pelo Jornal Financial Times que mostrou que o ITIC organizou uma "pré-COP" para funcionários dos ministérios das finanças do Chile, a fim de influenciar contra as medidas fiscais que foram discutidas durante a COP6.

Fonte: Chile Livre de Tabaco

<http://www.chilelibredetabaco.cl/2014/10/cop6-las-partes-del-cmct-asumen-una-posicion-firme-contra-la-interferencia-de-la-industria-tabacalera/>



# DESTAQUE

## OMS pede medidas mais restritivas contra o tabaco

O cerco ao fumo ganha novo fôlego, já que novas e mais rígidas diretrizes foram aprovadas durante a sexta reunião da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, da Organização Mundial de Saúde (OMS), da qual o Brasil e outros 178 países são signatários.

As recomendações não têm peso de lei, mas servem de base para que as nações integrantes adotem medidas em suas esferas, o que tem funcionado como a principal ferramenta de redução do tabagismo nos últimos anos, sobretudo no Brasil. Desta vez, as decisões do encontro, realizado no fim de semana em Moscou, incluem, por exemplo, mais impostos sobre o cigarro e regulação de produtos como cigarros eletrônicos e narguilés.

Durante uma semana, representantes de nações, ONGs e OMS participaram de intensos debates para a conclusão do documento, que foi criado em 2003 e recebe adendos periodicamente à medida que as ações avançam. A indústria do tabaco não pode integrar a convenção, mas, segundo participantes, ela pressiona para que as recomendações sejam menos restritivas. No discurso de abertura, a diretora-geral da OMS, Margaret Chan, transpareceu que este embate não tem sido fácil nos últimos anos.

— A implementação da Convenção-Quadro atinge um novo patamar, a indústria do tabaco revida, com mais força e por todos os canais possíveis, não importando o quão desonesto esses canais e práticas sejam — comentou Margaret, ressaltando que, apesar dos esforços da indústria, “importantes decisões foram aprovadas”.

Em entrevista ao GLOBO, a chefe secretariada da convenção, a brasileira Vera Luiza da Costa e Silva, comentou sobre os que são considerados os principais avanços (e que ainda serão publicados na íntegra no site da OMS).

Segundo Vera, haverá uma posição mais firme na responsabilização da indústria, no caso de litígios, sobre malefícios e mortes causados pelo cigarro. E também sobre as pressões comerciais e lobbies dos fabricantes. Espera-se ainda um maior controle sobre a propaganda nos pontos de venda, seguindo o exemplo da Austrália, onde os maços são neutros, sem o rótulo de cada marca. Produtos sem combustão ou nicotina, cujos exemplos são o narguilé, o tabaco mascado ou aspirado, cachimbos d’água e cigarros eletrônicos, deverão ser regulamentados.

— Entendemos que eles são porta de entrada para o cigarro — explicou Vera. — No Brasil, a venda de cigarros eletrônicos está proibida, e isso é muito bom, pois no país a prevalência do consumo de tabaco já é baixa, o que não justificaria a entrada de novos produtos no mercado. No país, o tabagismo vem caindo progressivamente, por conta, inclusive, da adoção de recomendações da Convenção-Quadro.

[\(CONTINUA\)](#)



## DESTAQUE

Segundo o Instituto Nacional de Câncer (Inca), entre 1989 e 2010 houve queda de quase 50% na prevalência de fumantes. Ano passado, dados da pesquisa Vigitel também revelaram uma prevalência de 11,3% da população fumante, contra 15,7% em 2006. Um fumante inveterado fuma, geralmente, mais de 20 cigarros por dia, e a média do brasileiro é de 17.

A expectativa da OMS, de acordo a chefe secretariada da convenção, é que em 2025 a prevalência de fumo não ultrapasse os 5% em Nova Zelândia, Irlanda, Finlândia e Singapura — e, em 2030, em outras nações. No Reino Unido, medidas como a restrição de compra por aqueles que nasceram a partir do ano 2000 estão em discussão. Lá também se estuda a restrição ao fumo em parques e espaços públicos.

O documento recomenda ainda o aumento de impostos sobre o cigarro, e a OMS sugere uma taxa de 70% sobre o preço do maço. Até 2015, espera-se que o maço tenha alta de 55% no Brasil. Depois disso, a nova previsão de impostos ainda não foi apresentada pelo governo federal.

### **Apoio de governo aos plantadores de tabaco**

Apesar de todas as medidas, o tabagismo ainda causa em torno de 200 mil mortes por ano no país, de acordo com o Ministério da Saúde. E não são apenas os fumantes os afetados. Na outra ponta, os agricultores de tabaco sofrem com intoxicação por nicotina pelo manuseio da folha verde do tabaco durante a colheita. Um fumante tem níveis de nicotina no sangue acima de 50 ng/ml.

Testes de urina realizados pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde mostraram que agricultores não fumantes com sintomas da doença tinham níveis entre 68 e 380 ng/ml. O Brasil hoje é o maior exportador e o segundo maior produtor de tabaco do mundo, mas as restrições internacionais contra o fumo vêm se refletindo, também, no enfraquecimento do setor. Portanto, um dos temas centrais da convenção é estabelecer alternativas aos agricultores.

— O Brasil teve um papel importante nesse tema nas discussões porque o governo federal tem apoiado a diversificação da produção do tabaco, investindo em políticas públicas para que os agricultores deixem de plantar tabaco e comecem a produzir alimentos — afirmou Vera Luiza da Costa e Silva.

Membros da convenção estão também preocupados com o comércio ilícito de produtos de tabaco e cobram de países como o Brasil a assinatura do protocolo internacional de combate à prática, que já define regras claras no controle da cadeia de oferta e na cooperação internacional.

Fonte: O Globo

<http://oglobo.globo.com/sociedade/saude/oms-pede-medidas-mais-restritivas-contratabaco-14307659#ixzz3GmkXe7is>



Início

# NOTÍCIAS DO BRASIL

## Incentivo para diversificação da cultura do tabaco já é realidade no Brasil

O resultado da 6ª Conferência das Partes (COP 6), realizada em Moscou (Rússia), reforçou que o Brasil está no caminho certo em relação às políticas públicas direcionadas ao cultivo do tabaco. No evento ficou assegurada a participação dos agricultores familiares na formulação e implementação das políticas públicas voltadas à produção de fumo.

O direito em âmbito mundial foi garantido com apoio da Comitativa Brasileira, da qual faz parte o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que defendeu propostas como a promoção e diversificação da cultura do tabaco e a proteção do meio ambiente e da saúde dos agricultores.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Laudemir Müller, comemorou o resultado: “A agricultura familiar conquistou uma vitória importante. Além de participar da formulação e implementação de políticas públicas para o setor, os produtores de tabaco brasileiros contam com apoio para diversificar a produção, agregar renda e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida de seus familiares.”

Müller ressaltou que na conferência o MDA dialogou com representantes dos agricultores para que eles participassem ativamente da construção de propostas. O objetivo foi trocar informações e sugestões, já que o Brasil é um dos países que defende a participação das organizações do setor como observadores nas conferências.

O ministro Laudemir Müller lembra que os produtores de tabaco interessados em diversificar a produção podem acessar uma série de incentivos e garantias, como crédito, seguro, além da assistência técnica e extensão rural.

E foi o que buscaram os irmãos Volnei e Valmir Feltrin (foto), que nasceram em meio à plantação de tabaco do pai, no município catarinense de Turvo. Aos poucos, eles começaram a testar outras culturas até que, em 2010 encontraram um fruto diferente e exótico, a pitaya, conhecido como “fruta do dragão”, devido aparência semelhante a do animal mitológico.

Para Volnei, a participação dos agricultores na formulação de políticas públicas sobre a produção do tabaco representa uma vitória importante, pois esses agricultores são os principais beneficiados pelas políticas públicas de apoio à mudança de produção. “Para nós a diversificação foi uma mudança excelente. Agora trabalhamos com saúde e garantimos nossa renda.”

[\(Continua\)](#)



## Diversificação das áreas cultivadas com tabaco

No começo, eles tinham 125 mudas de pitaya. Hoje, a propriedade de 10 mil hectares tem 1,5 hectares do fruto e 3,5 mil pés, sendo que 2,5 mil já produzem. “Só o tabaco dava muito trabalho, prejudicava nossa saúde e não tirávamos renda. Tivemos que diversificar e foi com a pitaya que deu certo”, conta o Valmir.

### Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco

Para ajudar na transição das culturas, os irmãos Feltrin buscaram apoio no Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, criado sob a coordenação do MDA, que tem por objetivo apoiar projetos de extensão rural, formação e pesquisa para desenvolver estratégias de diversificação produtiva em propriedades de agricultores familiares que produzem fumo, além de criar novas oportunidades de geração de renda e qualidade de vida às famílias.

E para dar início à plantação de pitaya, os Feltrin também buscaram crédito no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). “Nós pegamos o Pronaf para fazer a estrutura de madeira pra plantar a pitaya e também para investir em insumos”, revela Volnei.

Até o ano passado, os irmãos ainda tinham 70 mil pés de fumo. Esse ano, a produção caiu para 40 mil pés. E Volnei conta que a intenção da família é, até 2016, substituir toda a plantação de fumo por pitaya.

Fonte: MDA

<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/incentivo-para-diversifica%C3%A7%C3%A3o-da-cultura-do-tabaco-j%C3%A1-%C3%A9-realidade-no-brasil>



# Diversificação das áreas cultivadas com tabaco

## COP 6 mantém Brasil na liderança da diversificação das áreas cultivadas com tabaco

A comitiva brasileira conseguiu na 6ª Conferência das Partes (COP 6), em Moscou, na Rússia, a aprovação das propostas que contemplam a agricultura familiar. Durante a plenária, os representantes brasileiros defenderam a promoção e diversificação da cultura do tabaco e a proteção do meio ambiente e da saúde dos trabalhadores.

A intervenção mantém o Brasil como responsável pelos temas dos artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco (CQCT) que tratam da diversificação da produção do tabaco e da proteção do meio ambiente e da saúde dos trabalhadores.

"Os agricultores familiares têm motivos para comemorar o resultado desta conferência porque o setor vai participar de todas as decisões e não haverá nenhuma restrição à produção e sim um apoio para diversificação e aumento da renda", comentou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Laudemir Müller.

As propostas aprovadas fazem parte do relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho da CQCT, formado por 35 países.

De acordo com o representante do MDA na COP 6, Hur Ben Correa da Silva, a comitiva brasileira teve uma atuação forte nas deliberações em defesa da agricultura familiar.

"A nossa ação é garantir a participação dos agricultores na formulação e implementação das soluções e fazer com que a convenção adote a diversificação como o caminho para a melhoria das condições de vida dos fumicultores", afirmou.

As políticas do governo brasileiro voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento sustentável são referência para os países na COP 6. As políticas públicas do governo federal como crédito, seguros, garantia de preços, assistência técnica e extensão rural, Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e da Alimentação Escolar (Pnae), por exemplo, têm orientado o debate entre os países na construção de opções de políticas e recomendações para documento final do evento.

Fonte: MDA

<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/brasil-defende-agricultura-familiar-nas-delibera%C3%A7%C3%B5es-da-cop-6-na-r%C3%BAssia>





# A indústria do tabaco/cadeia produtiva do tabaco

## Para SindiTabaco, resultado da COP6 foi positivo

A comitiva que representou a cadeia produtiva do tabaco durante a COP 6 retornou ao Brasil satisfeita com os documentos aprovados que tratam dos artigos 17 e 18. Segundo o site da entidade, a comitiva entende que teve papel ativo e relevante durante a Conferência. As críticas ficaram por conta do afastamento de jornalistas das regiões fumicultoras que se deslocaram para Moscou com intenção de cobrir as decisões da COP6.

Iro Schünke, presidente do SindiTabaco e integrante da comitiva de mais de 15 representantes de entidades, bem como políticos das regiões produtoras, entende que houve equilíbrio nos resultados.

“Apesar de não termos tido o acesso às informações como gostaríamos, avaliamos que o resultado final foi equilibrado e pode ser considerado uma vitória da comitiva que esteve em Moscou e que se posicionou firmemente a favor do trabalho de 162 mil produtores de tabaco brasileiros e uma cadeia produtiva que gera renda e emprego para 651 municípios do Sul do Brasil”, avalia.

Para Schunke, outra conquista da cadeia produtiva é a participação futura de representantes dos produtores nas políticas de diversificação das áreas cultivadas com tabaco.

“A comitiva foi fundamental para que o governo brasileiro defendesse posturas equilibradas e ajustes de texto que melhoraram, por exemplo, a participação da representação dos produtores na implementação de alternativas de diversificação, o que antes não acontecia. Percebemos uma clara mudança de postura dos delegados brasileiros em função desta atuação”, sinaliza o executivo.

Para a entidade, outra preocupação era a restrição dos programas de financiamento da tabaco, o que acabou não ocorrendo. Outro motivo de comemoração está na responsabilização da indústria sobre questões sociais e ambientais de acordo com a legislação de cada país e “devidamente fundamentado em fatos”.

Entre os textos aprovados o que aborda o artigo 6 (impostos). “Como o produto já sofre uma alta taxaço no Brasil, no ano passado foram mais de R\$ 10 bilhões recolhidos aos cofres públicos, o teor deste documento não deverá impactar”, avalia Schünke.

O governo brasileiro afirmou que pretende assinar o protocolo de Comércio Ilegal até 2016, ano em que deverá ocorrer a primeira COP específica sobre Combate ao Mercado Ilegal de Cigarros.

Uma das propostas que ficou pendente para a próxima COP é a questão da interferência da CQCT no comércio internacional de tabaco e em acordos bilaterais. A proposta causou polêmica e será novamente debatida na COP7, com previsão de acontecer em janeiro de 2017, na Índia (Nova Delhi).

Fonte: SindiTabaco



# A indústria do tabaco/cadeia produtiva do tabaco

## Para Afubra e Câmara Setorial do Tabaco, COP 6 alimenta esperança de novos tempos

Finalizada a 6ª Conferência das Partes (COP 6), ocorrida em Moscou, as lideranças do setor produtivo fumageiro do país acreditam que, a partir de agora, as discussões e análises sobre questões relacionadas à Convenção Quadro para Controle do Tabaco (CQCT) tomarão um novo rumo, pelo menos em solo brasileiro.

O presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), Benício Albano Werner, e o secretário da entidade e presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco, Romeu Schneider, que acompanharam todas as movimentações na Rússia, dizem que o teor do relatório conclusivo, embora ainda não conhecido oficialmente, indica que haverá maior flexibilidade e incremento do diálogo entre as instituições públicas e privadas na busca de soluções que atendam preceitos ligados à saúde pública e os anseios dos produtores rurais e das comunidades envolvidas com a produção de tabaco.

Segundo os dirigentes, os primeiros dias da conferência foram marcados pela tensão. No primeiro, houve a exclusão do público ouvinte logo após a abertura oficial. No dia seguinte, foi a vez dos jornalistas.

“Diante disso, houve muita pressão por parte das lideranças, prefeitos e parlamentares junto à delegação brasileira presente na COP 6, o que fez com que o quadro começasse a mudar a partir do terceiro dia”, destacam.

As maiores preocupações recaíam sobre possíveis deliberações referentes os artigos 17 e 18, que tratam sobre alternativas economicamente viáveis e proteção à saúde e meio ambiente, respectivamente.

Werner e Schneider frisam que um dos quesitos que indica uma mudança de postura mostra que as entidades representativas dos produtores serão incluídas nas discussões dentro das políticas de estudos, experimentos e fomento à diversificação de atividades. Também não haverá, segundo eles, qualquer tipo de alusão à erradicação ou reconversão (passa a ser tratado como substituição gradativa por alternativas viáveis), e evitar acesso a financiamentos públicos.

Para os dirigentes, a presença da comitiva brasileira em Moscou foi importante para conter o ímpeto contra o tabaco, proveniente da maioria dos conferencistas e dos grupos antitabagistas que, diferente dos movimentos pró-tabaco, tinham livre acesso às reuniões.

[\(CONTINUA\)](#)



## A indústria do tabaco/cadeia produtiva do tabaco

“Estamos convictos que o trabalho que realizamos, feito nos bastidores e que repercutiu em Brasília, fez com que a delegação brasileira entendesse e acolhesse nossos argumentos”, afirmam Werner e Schneider.

Outros temas da pauta da conferência também eram motivo de apreensão. Um deles dizia respeito ao aumento dos impostos sobre o setor. Para os dirigentes da Afubra, o produto brasileiro já é altamente tributado.

“Caso se concretize, o mercado ilegal, estimado atualmente em 40%, se elevaria ainda mais. Além disso, complementam, o tabaco exportado, cujo volume atinge 87% da produção sul-brasileira, perderia competitividade, o que implicaria em reflexos altamente negativos à cadeia produtiva, especialmente para o produtor”, destacam.

O comércio ilegal também foi alvo de análises. Conforme as lideranças da Afubra, as posições divergentes, no entanto, prorrogaram as discussões para a próxima conferência, prevista para 2017, na Índia. “Mesmo assim, o governo brasileiro adiantou que pretende ratificar o protocolo de Comércio Ilegal até 2016”, frisam.

Outra proposta adiada trata de uma possível interferência da CQCT no comércio internacional de tabaco e acordos bilaterais. O assunto motivou muita polêmica, já que o tema, conforme opiniões de alguns países é de alçada da Organização Mundial do Comércio e da livre soberania de cada nação.

Fonte: Expansão RS

<http://expansaors.com.br/noticia/cop-6-mudanca-de-rumo-alimenta-esperanca-de-novos-tempos/8449>



# NOTÍCIAS DO MUNDO

## Uruguai justifica política de redução do tabagismo e é confrontado pela Philip Morris

Uma reportagem no jornal argentino El Clarín sobre o processo movido pela Philip Morris contra o Uruguai no tribunal do Banco Mundial, desde que o governo endureceu as leis para evitar a propagação do tabagismo no país, motivou a tabaqueira a esclarecer a sua posição através de um comunicado.

Na matéria, o governo do Uruguai defendeu sua política para reduzir o tabagismo. O Uruguai alegou que leis determinando maços padronizados e a colocação de advertências sanitárias provaram ser eficazes na redução do número de fumantes, como parte de uma política global de controle do tabaco que começou a desenvolver há 9 anos.

A partir de 2005, o Uruguai registrou avanços com sua ação contra a epidemia do tabaco, que continuou durante a presidência de José Mujica.

Em 2005, 32% dos jovens com idade entre 12 a 17 fumavam. Em 2011, apenas 13% dos jovens permanecem. No que diz respeito aos fumantes adultos, passou de 40% antes de 2005 para 23% em 2013.

O número de mulheres fumantes também caiu, os bebês têm mais de 136 gramas de peso ao nascer sobre a média de internações e também reduziu significativamente ataques cardíacos atribuíveis ao consumo de tabaco.

Na matéria o Uruguai também lembrou que foi o primeiro país no mundo a extinguir variações das marcas de cigarros e proibir o uso de informações enganosas como "light", "ultralight", "suave" e "baixos teores".

Na réplica, a Philip Morris divulgou um comunicado em que justifica o processo devido invocando um acordo comercial entre Uruguai e Suíça assinado em 1991.

"O processo contra o Uruguai se baseou em restrições arbitrárias e injustificadas que impedem um negócio legal de usar sua marca registrada para vender seus produtos. Regulamentos como os adotados pelo Uruguai em 2009, o que nos limita a usar uma única variedade para cada marca de cigarros e nos obrigam a cobrir 80% das advertências de saúde violam as garantias internacionais do Tratado de Investimento Bilateral entre Uruguai e Suíça, que protege os investimentos e proíbe a destruição de propriedade, sem compensação justa".

[\(CONTINUA\)](#)



## NOTÍCIAS DO MUNDO

A Philip Morris informou ainda que não pretende reverter outras regulamentações para o controle de tabaco no Uruguai, como restrições ao fumo em locais públicos, restrições à publicidade, advertências gráficas nos maços de cigarros “onde o tamanho é razoável e que refletem a riscos reais à saúde associados ao tabagismo”.

“A essência deste caso centra-se no princípio fundamental do Estado de direito e se o Uruguai deve ou não cumprir os acordos que faz”, informou.

A arbitragem será sediada no Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos em Washington, Estados Unidos.

Patricia Sosa, diretora para a América Latina da organização Tobacco Free Kids disse que a demanda contra o Uruguai é emblemática para todos.

“A empresa Philip Morris só controla 15% do mercado de cigarros no país. Portanto, este processo visa assustar outros países a não adotar medidas eficazes, como fez o Uruguai”, explicou.

O litígio juntou uruguaio de diferentes partidos políticos.

“No Uruguai foi construída uma verdadeira política de estado, e participaram da elaboração da lei representantes dos principais partidos de oposição, disse Clarín Miguel Asqueta, médico e ex-parlamentar, que faz parte do Partido Nacional. A saúde pública foi ameaçada pela epidemia evitável que varre o mundo: fumar. Sabíamos que a indústria atacaria, mas estamos unidos contra essa ameaça. Estamos defendendo o direito soberano de desenvolver nossas estratégias de saúde”.

Fonte: El Clarin

[http://www.clarin.com/mundo/Uruguay-enfrenta-tabacalera-consumo-cigarrillos\\_0\\_1231076926.html](http://www.clarin.com/mundo/Uruguay-enfrenta-tabacalera-consumo-cigarrillos_0_1231076926.html)

[http://www.clarin.com/mundo/Philip-Morris-sostiene-Uruguay-tratados\\_0\\_1231676904.html](http://www.clarin.com/mundo/Philip-Morris-sostiene-Uruguay-tratados_0_1231676904.html)



# NOTÍCIAS DO MUNDO

## Portugal decide aumentar imposto dos produtos de tabaco em 2015

O Governo de Portugal vai aumentar o Imposto sobre o Tabaco (IT) do rapé, tabaco de mascar, tabaco aquecido e cigarros eletrônicos, passando também a tributar charutos e cigarilhas, segundo a proposta orçamentária de 2015.

De acordo com a proposta do Orçamento do Estado para 2015 (OE2015), no âmbito do IT, o Governo prevê "a introdução da tributação do rapé, do tabaco de mascar, do tabaco aquecido e do líquido contendo nicotina utilizado nos cigarros eletrônicos".

O Executivo justifica a medida com "razões de defesa da saúde pública, bem como de equidade fiscal, uma vez que são produtos que se apresentam como substitutos dos produtos de tabaco".

A ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, disse que os impostos no Orçamento do Estado (OE) para 2015 referentes a tabaco e álcool visam desincentivar comportamentos negativos e apoiar campanhas contra esses mesmos comportamentos.

"Desincentivar comportamentos com consequências negativas para a saúde" é o objetivo maior dos impostos, cuja receita financiará também, por via do ministério da Saúde, campanhas alertando para os perigos associados ao consumo de álcool e tabaco.

A proposta do Orçamento do Estado para 2015 foi entregue na Assembleia da República e já enviada à Comissão Europeia.

Fonte: CMjornal

[http://www.cmjornal.xl.pt/cm\\_ao\\_minuto/detalhe/oe2015\\_tabaco\\_de\\_mascar\\_e\\_cigarros\\_eletronicos\\_passam\\_a\\_ser\\_taxados.html](http://www.cmjornal.xl.pt/cm_ao_minuto/detalhe/oe2015_tabaco_de_mascar_e_cigarros_eletronicos_passam_a_ser_taxados.html)  
[http://www.cmjornal.xl.pt/cm\\_ao\\_minuto/detalhe/oe2015\\_impostos\\_sobre\\_alcool\\_e\\_tabaco\\_visam\\_desincentivar\\_comportamentos\\_negativos\\_ministra.html](http://www.cmjornal.xl.pt/cm_ao_minuto/detalhe/oe2015_impostos_sobre_alcool_e_tabaco_visam_desincentivar_comportamentos_negativos_ministra.html)



# NOTÍCIAS DO MUNDO

## **Londres quer banir tabaco dos parques**

Londres quer seguir exemplo de Nova York. Três anos atrás, o prefeito Bloomberg deliberou pela proibição de fumar no Central Park, o pulmão de Nova York, e nas praias da metrópole.

A Comissão de Saúde pediu ao prefeito para proibir o fumo em Trafalgar Square e na Praça do Parlamento e pressionar pela proibição de tabaco nos parques da cidade, que ocupam 8 mil hectares.

A petição é apoiada por uma personalidade, Lord Ara Darzi, uma conhecida cirurgiã que reformou a saúde no último governo trabalhista, e é pioneira em operações com robôs.

A guerra contra o tabaco nos parques deixou em dúvida o prefeito Boris Johnson, e causou um vendaval no parlamento. Boris disse que o projeto de lei é polêmico.

"Eu sou instintivamente libertário. Não sou pela proibição. Uma das grandezas de Londres é o desapego. Não admiro uma lei que vá contra a harmonia dos outros, todo mundo quer viver a sua vida".

Para fazer a medição, o prefeito exigiu dados empíricos que demonstrem que o tabaco em parques e praças custa vidas.

Em Londres vivem 1,2 milhões de fumantes. Desde 2007, o tabaco é proibido em locais de trabalho, bares, discotecas e bares. Ainda assim, o tabagismo provoca 8.400 mortes prematuras a cada ano e 51 mil hospitalizações na cidade.

Médicos acreditam que a medida teria um importante valor exemplar: "Queremos que as crianças que brincam nos parques não vejam adultos fumando".

Implementar a proibição iria custar mais de sete milhões em cinco anos. Londres não é uma cidade particularmente saudável hoje. Metade da população está acima do peso ou obesos, mais do que em Nova York, Madrid ou Paris.

Além disso, os londrinos são conhecidos por seu apreço pelo álcool, esporte interclasse que reúne altos executivos fora de seus escritórios da cidade e trabalhadores em bares suburbanos.

Fonte: Sevilla

<http://sevilla.abc.es/andalucia/cordoba/20141016/sevp-guerra-tabaco-parques-londres-20141016.html>



# CIGARRO ELETRÔNICO

## Em Portugal, cigarros eletrônicos "falham" como método para deixar tabaco tradicional

O presidente do Grupo de Estudos do Câncer do Pulmão, Fernando Barata, considera que tem "falhado redondamente" a ideia de que o cigarro eletrônico podia ajudar a deixar de fumar, aconselhando antes o recurso aos métodos tradicionais de cessação tabágica.

"A ideia inicial de ir do cigarro tradicional para o eletrônico para deixar de fumar não tem ocorrido na prática com nossos doentes. Essa ideia, que inicialmente podia ser muito boa, tem falhado redondamente", declarou à agência Lusa o pneumologista Fernando Barata.

Segundo Barata, os médicos têm constatado que os tabagistas usam os cigarros eletrônicos por "um ou dois meses", voltando depois ao tabaco tradicional.

Além de "não serem uma alternativa para deixar de fumar", o especialista diz também que podem representar um passo para os mais jovens começarem a fumar.

"Mesmo em grupos mais jovens que começam a fumar cigarro eletrônico, o que vemos é depois uma passagem rápida para o cigarro tradicional", declarou Fernando Barata.

Barata considera por isso que a cessação tabágica passa "muito mais" pelas medidas tradicionais, como consultas próprias e medicação.

Em agosto, A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomendou a proibição da venda de cigarros eletrônicos a menores de idade, por considerar que o consumo acarreta "ameaças graves" para os adolescentes e fetos.

Os especialistas aconselharam também proibir o consumo de cigarros eletrônicos em espaços públicos fechados.

Dias antes desta recomendação, era noticiado um estudo de pesquisadores britânicos que concluía que o cigarro eletrônico é menos prejudicial do que o tabaco convencional. O tabaco é a causa principal do câncer do pulmão, estimando que 90% das mortes nos homens e 80% nas mulheres tenham esta causa.

Fonte: JN

[http://www.jn.pt/PaginaInicial/Sociedade/Saude/Interior.aspx?content\\_id=4170147&page=-1](http://www.jn.pt/PaginaInicial/Sociedade/Saude/Interior.aspx?content_id=4170147&page=-1)





## **Sociedade médica divulga carta de Gramado contra o tabagismo**

O Tabagismo é doença de dependência da nicotina, com variados graus de intensidade. Inicia-se na adolescência pela vulnerabilidade desta fase da vida e mantém-se por fatores genéticos, neuroquímicos e comportamentais. No mundo, há 1,3 bilhão de fumantes e registram-se 6 milhões de mortes anuais por doenças tabaco-relacionadas, com tendência crescente, particularmente nos países mais pobres e entre indivíduos em situação de pobreza e baixa escolaridade. Em 2.030, haverá uma morte a cada três segundos, atingindo-se um total de 8 milhões de óbitos anuais relacionadas ao tabagismo.

Os conhecimentos científicos sobre as consequências maléficas do tabagismo para a saúde ainda não tiveram impacto efetivo para seu controle. Isto porque esta doença de dependência anula a racionalidade dos seus portadores, a indústria do tabaco não abre mão dos seus grandes lucros, e os governos arrecadam impostos e não se importam com os grandes prejuízos. Para a solução definitiva do problema tabagismo, serão necessárias ações a curto, médio e longo prazos, contínuas, progressivas, e um grande trabalho em rede. A Convenção Quadro para Controle do Tabaco (CQCT) da OMS – Primeiro Tratado Internacional de Saúde Pública – instituída em 2005, é a grande estratégia para banimento mundial do tabaco. A implementação dos 37 Artigos deste Tratado está em desenvolvimento em cada país, com diferentes focos e variáveis graus de intensidade, conforme características locais. A Conferência das Partes (COP), da qual o Brasil participa com mais 178 países, realizada bianualmente, tem a máxima importância por ser a instância deliberativa para o andamento da CQCT. O Brasil, sendo grande produtor e exportador de fumo, está tendo muitas dificuldades e sofrendo enormes pressões no andamento deste processo. É da máxima importância a fortificação e atuação desta grande rede entre setores governamentais (CONICQ – exclusivamente dedicada a este processo, o INCA, a ANVISA, e outros FEDERAIS, ESTADUAIS e MUNICIPAIS, OPAS, SVS, IDEC) e não governamentais (ATC+, AMB, CFM, SBPT, CETAB, ABEAD, etc.) que tem trabalhado arduamente para a implementação da CQCT no país.

O Brasil avançou bastante no Controle do Tabagismo tendo conseguido redução da prevalência, nos adultos, de 35% em 1989 para 14% em 2012, portanto uma diminuição para menos da metade. No entanto, o caminho ainda será longo até conseguir-se controle mais efetivo, particularmente considerando-se que pacientes que ainda fumam têm elevado grau de dependência da nicotina e necessitarão de tratamentos especializados.

Por ocasião do XXXVII Congresso Brasileiro de Pneumologia e Tisiologia, a SBPT através da sua Comissão de Tabagismo declara sua intenção de continuar se empenhando ao máximo na defesa da saúde dos brasileiros e priorizar ações efetivas e continuadas para o banimento definitivo do tabagismo do nosso país. Para isso, compromete-se de atuar cada vez mais na grande rede que pratica o advocacy junto ao setor político governamental, particularmente para a implementação da Convenção Quadro da OMS no Brasil. Por sua vez, os pneumologistas comprometem-se de continuar se especializando e dedicando ao tratamento dos fumantes e tudo fazer para o Controle do Tabagismo.

Também, a SBPT posiciona-se sobre outras formas de consumo de tabaco e nicotina, particularmente os chamados cigarros eletrônicos: “até que surjam estudos consistentes de segurança e eficácia para indicações propostas, não pode ser autorizada sua comercialização, devendo vigorar as mesmas normas de controle aplicadas para cigarros e outros produtos fumígenos. Também, para narguilé e outras formas fumígenas que venham a surgir, pelos seus riscos, que se apliquem as mesmas normas.”

Gramado, Outubro de 2014.

Dr. Jairo Sponholz de Araújo – Presidente da SBPT - Dr. José Miguel Chatkin – Presidente do SBPT 2014 - Dr. Luiz Carlos Corrêa da Silva – Com. Tabagismo SBPT



**COMPOSIÇÃO CONICQ:**  
(DECRETO S/Nº DE 16 DE MARÇO DE 2012)

- I - Ministério da Saúde\*;
- II - Ministério das Relações Exteriores;
- III - Ministério da Fazenda;
- IV - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- V - Casa Civil da Presidência da República;
- VI - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- VII - Ministério da Justiça;
- VIII - Ministério da Educação;
- IX - Ministério do Trabalho e Emprego;
- X - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- XI - Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- XII - Ministério das Comunicações;
- XIII - Ministério do Meio Ambiente;
- XIV - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
- XV - Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República;
- XVI - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça;
- XVII - Advocacia-Geral da União; e
- XVIII – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

\* O Ministro de Estado da Saúde preside a Comissão

**PARCEIROS CONICQ:**

- Aliança de Controle do Tabagismo – ACTbr  
[www.actbr.org.br](http://www.actbr.org.br)
- Associação Brasileira de Estudos do Alcool e Outras Drogas - Abead  
[www.abead.com.br](http://www.abead.com.br)
- Associação de Defesa do Fumante - ADESF  
[www.adesf.org.br](http://www.adesf.org.br)
- Associação Médica Brasileira - Comissão de Anti-Tabagismo  
[www.amb.org.br/este/comissoes/anti\\_tabagismo](http://www.amb.org.br/este/comissoes/anti_tabagismo)
  - Campaign for Tobacco-Free Kids  
<http://www.tobaccofreekids.org>
  - Centro de Apoio do Tabagista  
[www.cigarro.med.br](http://www.cigarro.med.br)
- CETAB – Centro de Estudo sobre Tabaco e Saúde  
<http://cetab.wordpress.com/>
- Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais - Deser  
[www.deser.org.br](http://www.deser.org.br)
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região do Sul  
[www.fetratsul.org.br](http://www.fetratsul.org.br)
  - Fundação do Câncer  
<http://www.cancer.org.br/>
- Health Bridge  
<http://www.healthbridge.org/>
  - Instituto Bloomberg  
<http://about.bloomberginstitute.com/>
- Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS  
<http://www.paho.org/bra/>
  - Projeto Esperança  
[www.projetoesperanca.org.br](http://www.projetoesperanca.org.br)
- The Union  
<http://www.theunion.org/what-we-do/technical-assistance/tobacco-control>

